

USOS DOS RESULTADOS DE AVALIAÇÕES PRÓPRIAS EM MUNICIPALIDADES: O QUE OS ESTUDOS REVELAM?

Antônia Bruna da Silva – UERN; antoniabruna@uern.br

Edkele Rayane Aires da Silva – UERN; edkelesilva@alu.uern.br

Gláuber Fontes Cavalcanti – UERN; glaubercavalcanti@alu.uern.br

Maria Tatiana Peixoto – UERN; tatianapeixoto@uern.br

INTRODUÇÃO

Além da implantação dos primeiros sistemas de avaliação externa e em larga escala da educação básica no âmbito da União e dos estados brasileiros, ainda na década de 1990, também é possível falar da implementação de avaliações deste tipo no âmbito dos municípios, dado que Moreira (2004), Marques, Oliveira e Fonseca (2010) deram conta da existência de tais iniciativas no plano de duas municipalidades, nos anos de 1997 e 1999, respectivamente.

Além desses estudiosos, na literatura educacional, o esforço das municipalidades de avaliar sua própria rede de ensino começa a ser conhecido a partir do trabalho de alguns pesquisadores que passam a registrar a realização de avaliações nesse nível, como é o caso de Figueiredo (2008). Mais recentemente, um valioso contributo para a compreensão de como as tais iniciativas de avaliação vem se implantando no território brasileiro foi concedido por Bauer, Horta Neto e Sousa (2016).

Os estudos sobre o tema, cada um a seu modo, apresentam diversos elementos relativos às avaliações implementadas pelos municípios, sendo patente a vinculação desses mecanismos com as avaliações externas já existentes bem como sua associação com uma noção restrita de qualidade da educação ((SILVA; FERNANDES, 2019). É justamente com base em estudos produzidos sobre o tema que este estudo se pautou, com o escopo de perscrutar como os resultados provenientes das avaliações municipais vêm sendo aproveitados no âmbito da rede municipal de ensino, tendo como referência a produção científica sobre o assunto veiculada em cinco fontes especializadas em avaliação educacional, no período de 1990 a 2018.

O estudo de viés qualitativo foi realizado na forma de uma pesquisa bibliográfica, partindo do entendimento que a análise das descobertas efetivadas pelos estudos em potencial de contribuir para o alcance de níveis elevados de compreensão em torno dos usos dos resultados dessas avaliações por parte dos municípios.

O levantamento sistemático da produção sobre o assunto foi realizado, no segundo semestre de 2019, em cinco fontes de pesquisa, a saber: anais do Congresso Nacional de Avaliação em Educação - CONAVE, que datam dos anos de 2010, 2012, 2014, 2016 e 2018; anais do Congresso Internacional em Avaliação Educacional - CIAE publicados nos anos de 2004, 2005, 2006, 2008, 2010, 2016 e 2017; revista Estudos em Avaliação Educacional, do nº 01 (1990) ao nº 72 (2018); revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, do nº 01 (1993) ao nº 101 (2018); revista Cadernos de Pesquisa, do nº 72 (1990) ao nº 170 (2018).

Foram selecionadas as produções que continham em seus títulos algum indicativo de abordagem da temática. O estudo localizou 23 trabalhos relacionados com o tema, que possivelmente abordariam a questão do uso dos resultados da avaliação municipal. Desse total, verificou-se algum tipo de relato ou evidência relativa ao uso desses resultados em 18 das publicações.

Após o fichamento desses estudos, tendo como alvo central eventuais usos e práticas pautadas nos resultados da avaliação municipal, passou-se à análise de conteúdo do material extraído dessas publicações. Para tanto, partiu-se, inicialmente, de um conjunto de categorias já construído, referenciando-se na pesquisa conduzida por Bauer, Horta Neto e Sousa (2016). Em face da identificação de outras práticas que não se enquadravam aos tipos de uso dos resultados mapeados por tal estudo, a análise também recorreu ao processo de categorização aberto, não apriorístico.

USOS DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES MUNICIPAIS IDENTIFICADOS NAS PUBLICAÇÕES INVENTARIADAS

Do total de categorias oriundas da pesquisa conduzida por Bauer, Horta Neto e Sousa, (2016), que equivale a 22 tipos de usos dos resultados da avaliação, 12 foram identificadas nos estudos escrutinados pela presente investigação. Ademais, as publicações consideradas também evidenciaram outros usos, que subsidiaram a concepção de sete novas categorias.

À luz do estudo referenciado, no âmbito das publicações analisadas identificou-se quatro tendências quanto ao aproveitamento desses resultados, quais sejam:

implantação de iniciativas com poder de influir no currículo e nas práticas pedagógicas; monitoramento da rede de ensino; divulgação dos resultados das avaliações para públicos diferenciados; implantação de mecanismos de responsabilização.

Concordando com a classificação proposta por Bauer, Horta Neto e Sousa (2016), no material bibliográfico examinado, a maior concentração de usos feitos desses resultados é traduzida em iniciativas pensadas de modo a incidir no currículo e nas práticas pedagógicas. Com efeito, essa categoria reuniu nove diferentes formas de utilizar os resultados da avaliação municipal, sendo verificada em 16 estudos. Os usos, nessa situação, dizem respeito a práticas efetivadas no interior das escolas, como também a medidas no nível da secretaria da educação, que também ecoam no currículo e no trabalho das escolas.

Na segunda linha de utilização dos resultados que congrega ações que tem como caráter o monitoramento da rede de ensino, é nítido que a avaliação municipal vem sendo empregada como um instrumento a serviço da gestão da educação municipal, como uma forma de obter controle sobre a rede de ensino e sobre os seus resultados. Tal perspectiva de utilização dos resultados veio à tona em oito das publicações estudadas, nas quais se evidenciou o uso dessas informações para acompanhamento sistemático ou longitudinal do desempenho do aluno e das escolas, para comparação das escolas do município com as escolas do estado e do Brasil, bem como base para o estabelecimento de metas de desempenho para as escolas.

A terceira tendência, por sua vez, que se refere à divulgação dos resultados das avaliações, foi identificada em nove dos estudos abrangidos. Tal divulgação tem variado de uma municipalidade para outra, em termos de estratégia e de público a que tal acesso se destina, podendo ser endereçado apenas para os profissionais da escola, ou também para os pais ou responsáveis pelo aluno.

A quarta e última tendência observada, por seu lado, sintetiza duas das perspectivas apontadas por Bauer, Horta Neto e Sousa (2016) que situaram os usos identificados no plano do apoio a gestão de pessoal ou da implementação de incentivos às escolas, alunos e/ou professores. Assim sendo, a presente análise associou as medidas e ações relatadas em seis dos estudos localizados à implantação de mecanismos de responsabilização, dado que se referem à demissão de gestores escolares, à motivação para que as escolas busquem melhores resultados, à culpabilização do professor pelos resultados, à premiação de alunos ou escolas e à bonificação dos profissionais da escola.

CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa indicam que têm sido variadas as formas de utilização dos resultados das avaliações municipais. De posse dos resultados da avaliação, a gestão educacional do município tem efetivado um monitoramento da rede de ensino, encabeçado

medidas baseadas ou voltadas para tais resultados, como também induzido as escolas a desenvolverem ações pautadas nessas informações. Os estudos fornecem indicativos de iniciativas que convergem para a preparação dos estudantes para a avaliação externa, também sendo evidenciada a presença de mecanismos de prestação de contas, tal como estratégias de responsabilização brande e forte.

REFERÊNCIAS

BAUER, A.; HORTA NETO, J. L.; SOUSA, S. Z. L. Avaliação e gestão educacional em municípios brasileiros: mapeamento e caracterização de iniciativas em curso.

Relatório Final: Resultados do Survey. Fundação Carlos Chagas, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. São Paulo, 2016.

FIGUEIREDO, D. M. L. *Gestão Municipal, Qualidade de Ensino e a*

Avaliação do Rendimento Escolar: Um Estudo do Município de Cosmorama. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Araraquara – São Paulo, 2008.

MOREIRA, R. S. M. *Avaliação externa como instrumento da gestão educacional: a adesão e os impasses de sua realização.* 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas - São Paulo, 2004.

MARQUES, C. A.; OLIVEIRA, E. M.; FONSECA, A. S. A.; SILVA, J. E. M.;

EFSTRATIOS JÚNIOR, M.. Sistemas municipais de avaliação do estado do Ceará. *In: VIANA, T. V.; CIASCA, M. I. F. L.; SOBRAL, A. E. B. (Orgs.). Múltiplas dimensões em avaliação educacional.* Fortaleza: Imprece, 2010.

SILVA, A. B.; FERNANDES, M. B. Avaliações municipais: uma revisão bibliográfica (1990-2016). *Regae: Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, Santa Maria, v.8, n.17, p.1-22, 2019.